

Redistribuição de renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro

Por **André Albuquerque Sant'Anna**,
Antonio Marcos Hoelz Ambrozio e
Beatriz Barbosa Meirelles
Economistas da APE

Bens que compõem o padrão de consumo das classes mais pobres são mais intensivos em trabalho

Desde a virada dos anos 2000, se observam na economia brasileira dois fenômenos marcantes: redução substancial na desigualdade de renda e aumento expressivo do emprego.

Do ponto de vista da queda na desigualdade de renda, três fatores foram particularmente relevantes: as políticas de transferência de renda às famílias pobres – em especial o programa Bolsa-Família, a política de valorização do salário mínimo (Visão do Desenvolvimento n. 12) e o aumento do número de anos de escolaridade média da população ocupada.

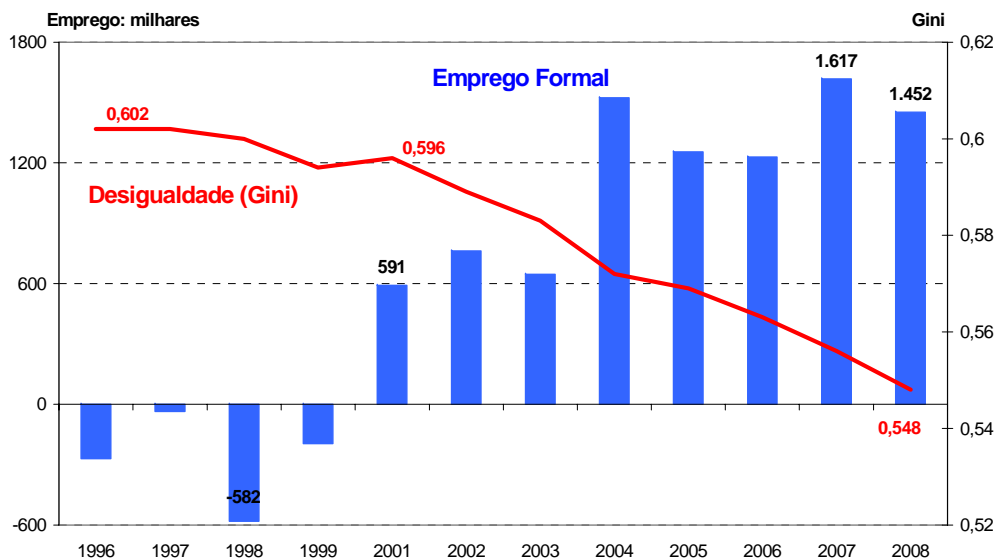
Desde a virada dos anos 2000, se observam na economia brasileira

Com relação ao aumento do emprego, o destaque foi a aceleração do crescimento econômico a partir de 2004. Entretanto, há que se ter presente que a queda na desigualdade de renda *per se* também explica parte do aumento recente do emprego. A interpretação convencional atribui importância à maior propensão marginal ao consumo dos mais pobres. Assim, um aumento da renda das famílias menos abastadas se traduz em maior demanda efetiva, o que gera expansão da produção e do emprego. Este é o efeito “propensão a consumir distinta” entre as classes de renda.

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da área de Pesquisas Econômicas (APE), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

Gráfico 1

Geração (Líquida) de Emprego Formal e Desigualdade de Renda - Gini 1996-2008



Fonte: PNAD e CAGED

(*) a PNAD não foi realizada no ano 2000

Nesse informe, abordaremos a questão da queda na desigualdade sobre o emprego a partir de um enfoque complementar. Os bens que compõe o padrão de consumo das classes mais pobres são mais intensivos em trabalho do que a cesta de consumo das classes mais ricas. Dessa forma, o crescimento na renda relativa das famílias menos favorecidas, e consequentemente de sua demanda, é um fator que em si impulsiona a aceleração no nível de emprego. Esse efeito direto da redistribuição de renda sobre o emprego – que cha-

maremos “efeito cesta” – opera independentemente de os mais pobres terem maior propensão ao consumo do que os mais ricos.

Assim, o objetivo desse Visão do Desenvolvimento é mensurar o impacto da queda na desigualdade, mediante diferenças na cesta de consumo e nas propensões a consumir das distintas classes de renda, sobre a criação de postos de trabalho. Desse modo, a queda na desigualdade seria mais um elemento capaz de ajudar a explicar o fenômeno de aceleração do emprego no período 2001-2008¹.

¹ Os dados de crescimento da renda por decís (e consequentemente os indicadores de desigualdade de renda utilizados nesse trabalho) foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), pesquisa do IBGE com representatividade nacional (porém com base em amostragens). Como a PNAD não foi realizada no ano 2000, excluímos este da nossa análise.

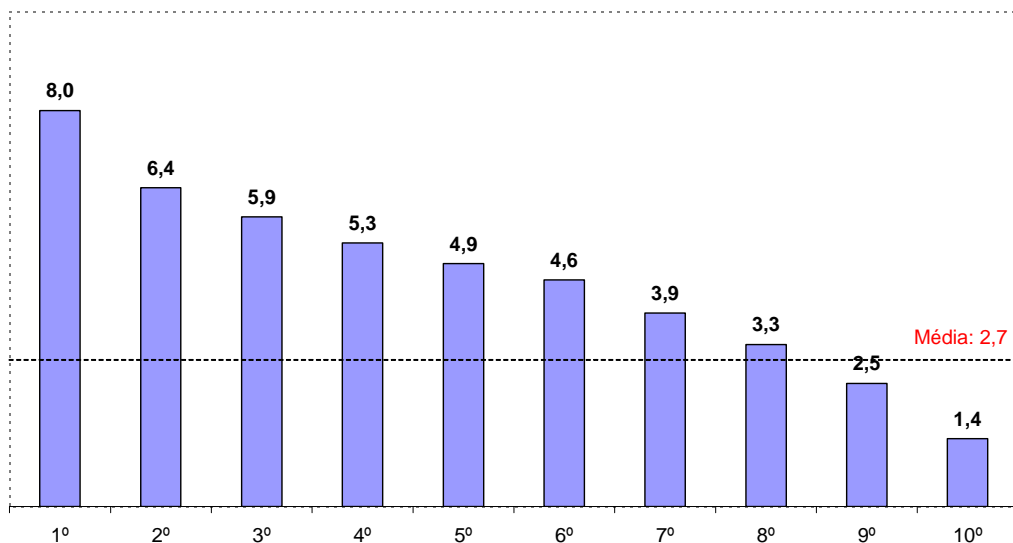
Emprego e desigualdade de renda: alguns fatos estilizados

A segunda metade da década de noventa foi um período caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho brasileiro. Como pode ser visto no Gráfico 1, houve destruição líquida (admissões menos desligamentos) de postos de trabalho formais – cerca de 1 milhão de postos destruídos entre 1996 e 1999. Esse processo foi revertido a partir dos anos 2000, quando houve geração líquida de 2 e 7 milhões de empregos formais nos períodos 2001-2003 e 2004-2008, respectivamente².

Já a desigualdade de renda familiar *per capita*, após experimentar ligeira queda entre 1996 e 1999, caiu de forma acentuada a partir de 2001. Em termos quantitativos, essa queda pode ser ilustrada pela evolução do Índice de Gini – uma das medidas de desigualdade mais comumente utilizadas na literatura, que varia de zero (absoluta igualdade) a um (desigualdade extrema). No Brasil, o índice caiu de 0,596 em 2001 para 0,548 em 2008 (Gráfico 1). Essa redução foi significativa tanto dentro de uma perspectiva de comparação internacional³ como no que diz respeito ao padrão histórico brasileiro. Desse último ponto de vista, a queda na de-

Gráfico 2

**Taxa de Crescimento da Renda Real (a.a.) entre 2001 e 2008
por Decis**

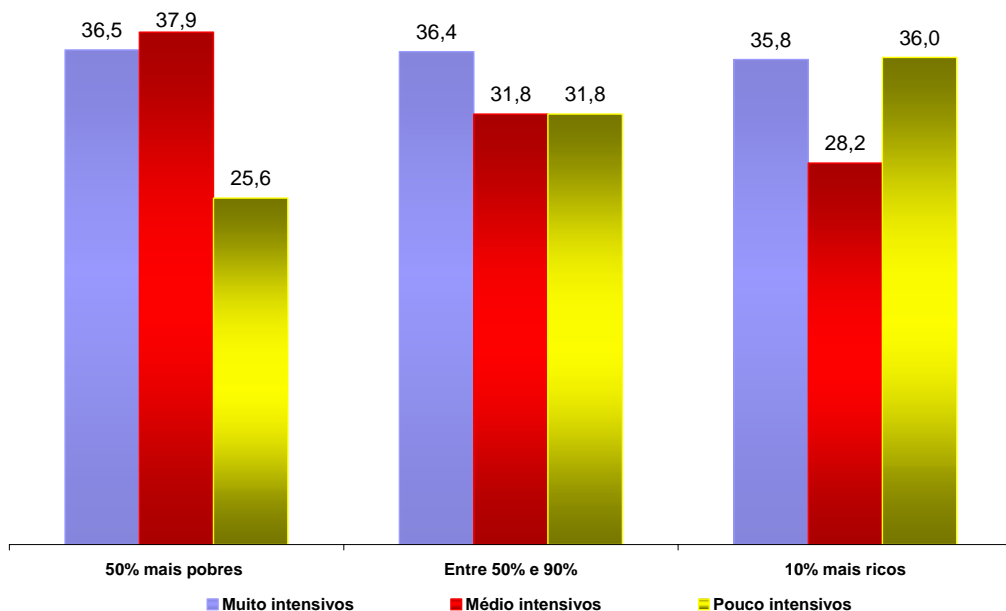


Fonte: IBGE/PNAD

2 Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fonte de dados disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que traz informações sobre admissões e desligamentos dos trabalhadores celetistas em todo o território nacional.

Gráfico 3

Perfil de consumo das diferentes faixas de renda, por intensidade no uso do fator trabalho



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IBGE

sigualdade observada desde 2001 foi mais de duas vezes maior que a queda ocorrida durante toda a década de noventa. Com isso, o índice em 2008 alcançou o menor valor dos últimos 30 anos.

Uma forma alternativa de apresentar a queda da desigualdade é a partir do crescimento relativo da renda apropriada pelos diferentes decis. Conforme pode ser observado no Gráfico 2, entre 2001 e 2008 a renda familiar *per capita* real dos 10% mais pobres (1º decil) cresceu à taxa média de cerca de 8% a.a., enquanto a dos 10% mais ricos (10º decil) cresceu apenas cerca

de 1,5% a.a. O crescimento da renda foi estritamente decrescente quando se passa dos decis mais pobres para os decis mais ricos, e todos, à exceção dos 20% mais ricos, cresceram acima da média (linha pontilhada no gráfico).

Medindo o impacto

O efeito total da queda na desigualdade de renda sobre o emprego que iremos mensurar nesse Visão do Desenvolvimento é composto por dois determinantes: o efeito da maior propensão a consumir dos mais pobres e o “efeito cesta”. Assim, se os mais pobres consomem uma maior fração de sua renda que os mais ricos e demandam pro-

3 Ver “Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente”, IPEA, 2007.

duto mais intensivos em trabalho, a geração de emprego deve ser maior quando há aumento na parcela da renda apropriada pelos mais pobres. Não obstante seja interessante, do ponto de vista teórico, colocar em evidência a natureza distinta dos dois efeitos da queda na desigualdade sobre o emprego, nas simulações que serão realizadas ao longo deste informe estes efeitos não serão desagregados, ou seja, estimaremos apenas o impacto total da melhoria na distribuição de renda sobre a geração de emprego.

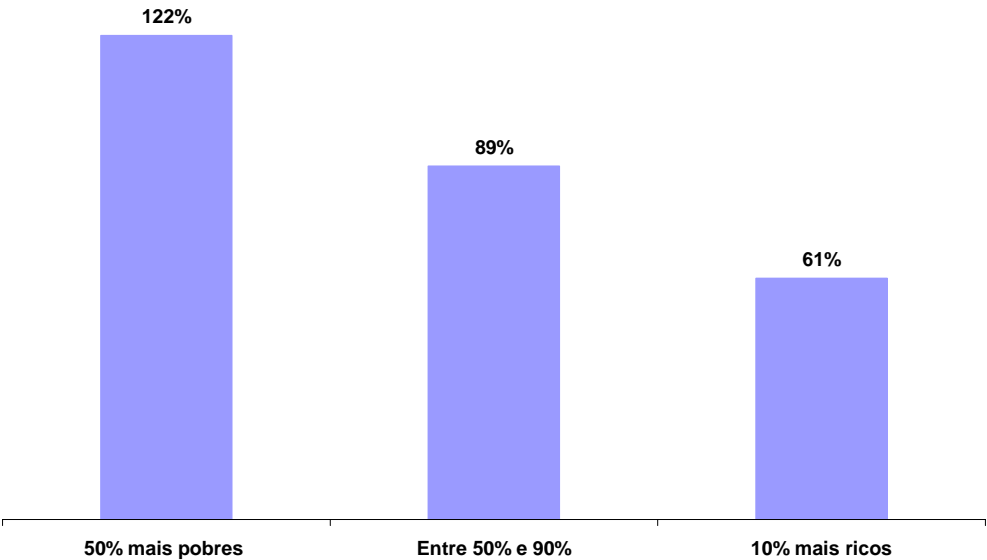
O Gráfico 3 confirma que as famílias mais pobres demandam bens mais intensivos em trabalho do que as famílias mais ricas. Os decis da distribuição de renda foram agrupados em três classes – baixa (os 50% mais pobres), média (entre 50%

e 90%) e alta (10% mais ricos) – e o perfil de consumo foi detalhado de acordo com a intensidade-trabalho dos diversos bens e serviços – muito, médio e pouco intensivos (a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da Tabela de Recursos e Usos, do IBGE).

A participação dos produtos altamente intensivos em trabalho quase não difere nas cestas de consumo entre as diferentes classes de renda. O mesmo não ocorre com os bens e serviços com intensidade-trabalho média – alimentos e bebidas são os principais representantes. Sua participação na cesta de consumo dos mais pobres alcança 37,9% do total, enquanto nos mais ricos se limita a 28,2%. A situação se inverte para os produtos com pouca incorporação de

Gráfico 4

Despesas de consumo como percentual da renda



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF/IBGE

Tabela 1**Participação das faixas de renda no consumo total**

Faixa de renda	Despesa de consumo – participação no total
50% mais pobres	23%
Entre 50% e 90%	45%
10% mais ricos	32%
Total	100%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF/IBGE

trabalho, como aluguel e serviços financeiros, que representam apenas 25,6% do consumo dos mais pobres mas correspondem a 36% da cesta consumida pelas famílias mais ricas.

Com respeito à parcela da renda destinada ao consumo, o Gráfico 4 mostra que os mais pobres têm propensão a consumir muito superior à dos mais ricos, inclusive contando com a possibilidade de contrair dívidas para fazer frente às suas necessidades de consumo. Enquanto a classe alta consome cerca de 60% de sua renda e a classe média, 90%, os mais pobres gastam 120% da renda com despesas de consumo – onde a proporção do consumo superior à renda por parte dos mais pobres está associada à possibilidade de endividamento.

A fim de medir o impacto da queda na desigualdade de renda sobre o emprego, construiremos dois cenários. O primeiro é caracterizado pelo crescimento com redistribuição de renda, onde consideramos a variação efetivamente observada na renda das diferentes classes entre 2001 e 2008 (conforme o Gráfico 2). O segundo cenário é um contra-factual de crescimento sem redistribuição de renda, em que o rendimento de todas as classes de renda

teria crescido à taxa de 2,7%, média do período 2001-2008.

Em ambos os cenários a renda total cresce à mesma taxa, sendo diferente apenas a composição do crescimento por classe de renda. E a partir desses dois cenários, o nível de emprego gerado para cada um deles será simulado a partir de uma matriz de insumo-produto para a economia brasileira, explorando a diferença nos perfis de consumo e na propensão a consumir entre as classes de renda, conforme visto nos Gráficos 3 e 4. Desse modo, a diferença entre os postos de trabalho simuladas nos dois cenários será a medida do impacto da queda na desigualdade sobre o emprego.

Resultados

Os resultados obtidos confirmam que o aumento na fração de renda apropriada pelos mais pobres (classes baixa e média) contribuiu para a expansão do emprego, uma vez que a demanda destas classes é mais concentrada em bens intensivos em trabalho e a sua propensão a consumir é mais elevada.

De fato, no cenário de crescimento com redistribuição de renda houve criação líquida de cerca de 1,71 milhões de empregos por ano, enquanto no cenário sem redistribuição

esse valor foi cerca de 1,59 milhões. Assim, a queda na desigualdade possibilitou a criação de 116.000 empregos a mais a cada ano, o que totalizaria cerca de 930.000 empregos a mais no período 2001-2008.

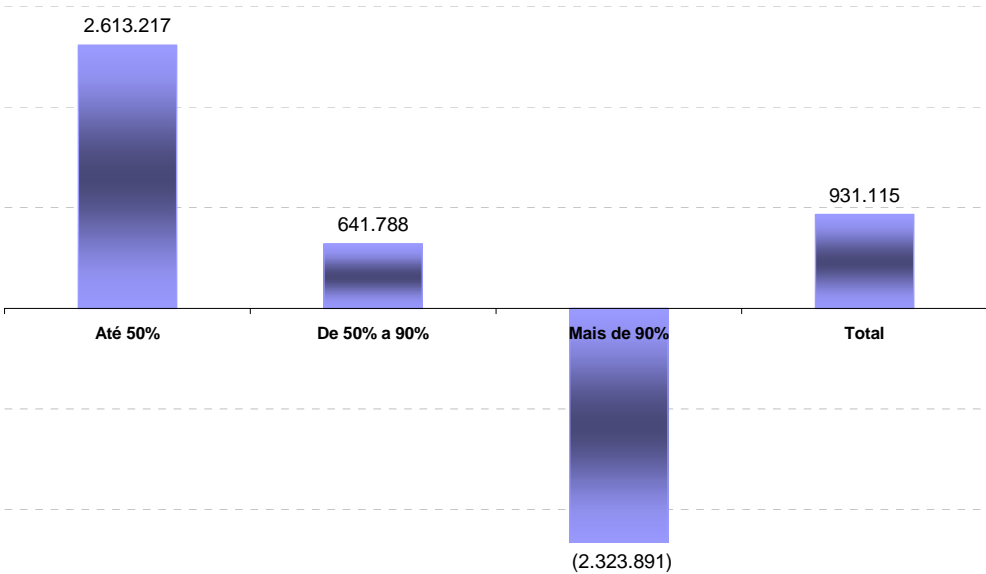
Deve-se reiterar que esse resultado considera apenas os efeitos imediatos da mudança na distribuição de renda sobre a produção e, por conseguinte, sobre a criação de postos de trabalho. Na medida em que a redistribuição de renda aumenta a propensão a consumir da sociedade, há ampliação do efeito multiplicador e, portanto, um impacto maior sobre a própria taxa de crescimento do período. Essa análise desconsidera este efeito adicional, o que tornaria o impacto da queda da desigualdade sobre a geração de emprego ainda mais relevante.

O passo seguinte consiste em identificar a contribuição específica de cada classe de renda (baixa, média e alta) para a geração adicional de 930.000 empregos entre 2001 e 2008. O resultado desse exercício depende da taxa de crescimento da renda de cada classe em relação à média e da participação de cada uma delas no total do consumo (conforme a Tabela 1).

Como pode ser visto no Gráfico 5, a contribuição dos mais pobres (até 50%) é a mais importante para explicar o impacto distributivo sobre o emprego. Quando contrastamos o crescimento (efetivo) de 6,1% a.a. no rendimento dessa classe contra o crescimento médio de renda de 2,7% a.a., a contribuição é de cerca de 2,5 milhões de empregos adicionais. A contribuição da classe média (entre 50% e 90%) é menos relevante, porém sig-

Gráfico 5

Geração de empregos por faixa de renda, entre 2001 e 2008



Fonte: elaboração própria

nificativa: cerca de 650.000 empregos a mais quando se compara o crescimento (efetivo) de 3,6% a.a. contra o crescimento médio de renda de 2,7% a.a.

Finalmente, como o crescimento do rendimento da classe alta (1,4% a.a.) foi inferior ao crescimento da renda média (2,7%), a sua contribuição para o diferencial de emprego entre os dois casos analisados é negativa – menos 2,3 milhões de empregos no caso de crescimento com redistribuição *vis-à-vis* ao caso de crescimento sem redistribuição. Ainda que a diferença entre a taxa de crescimento da renda dos 10% mais ricos e a

taxa de crescimento média não seja grande, a contribuição

dessa classe para a geração de emprego é considerável, uma vez que são responsáveis por 32% do total consumido.

Considerações finais

Desde a virada dos anos 2000, a economia brasileira vivenciou dois fenômenos marcantes: redução substancial na desigualdade de renda e expressiva recuperação do nível de emprego. Nesse informe, destacamos dois elos através dos quais a redução na desigualdade explica o crescimento do emprego: dado que os mais pobres (classe baixa e média) consomem bens mais intensivos em trabalho, e têm maior propensão a gastar sua renda, um aumento na renda relativa desse grupo tende a impulsionar a geração de postos de trabalho.

A partir de informações da matriz de insumo-produto para a economia brasileira, foram obtidas estimativas de geração de

emprego no período 2001-2008, para as distintas classes de renda. Os resultados mostraram que o impacto redistributivo foi significativo para a expansão do emprego: houve criação líquida de 930.000 postos de trabalho entre 2001 e 2008, uma média de 116.000 empregos a cada ano. Esse impacto distributivo sobre o emprego, simulado a partir da matriz insumo-produto, corresponde a cerca de 6% de todo o emprego (formal e informal) efetivamente gerado no país no período – ou cerca de ¼ de todo o emprego gerado nas seis principais regiões metropolitanas -, o que não é um valor des-

prezível, particularmente quando se leva em conta que não consideramos o

efeito multiplicador da mudança distributiva sobre a própria taxa de crescimento econômico. Desse modo, o combate à desigualdade é um objetivo que deve ser perseguido não apenas por motivos de equidade – mas também por ser um instrumento relevante para a geração de emprego.

Em suma, o impacto de mudanças distributivas serão tão mais favoráveis à expansão do emprego quanto mais corresponderem a um crescimento do poder aquisitivo dos mais pobres. Essa conclusão é particularmente relevante para a experiência brasileira no período analisado, quando o fortalecimento do mercado de trabalho – e a aceleração do crescimento econômico pós-2004 – foram fortemente influenciadas por um mercado de consumo interno robusto.

